

ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ NO HOTEL OTHON PALACE, EM BELO HORIZONTE-MG, NA FORMA ABAIXO

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas, no Hotel Othon Palace, em Belo Horizonte-MG, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **João Luiz Silva Ferreira** (ministro de Estado da Cultura), **Franklin de Souza Martins** (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Érico Gonçalves da Silveira**, representando o ministro **Fernando Haddad** (ministro de Estado da Educação), **Ana Luiza Fleck Saibro** (vice-presidente), **Paulo Ramos Derengoski**, **Maria da Penha Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **João Jorge Santos Rodrigues**, **José Antônio Fernandes Martins**, **Heloísa Maria Murgel Starling**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Paulo Sérgio Pinheiro**, **Murilo César Ramos**, **Lourival Antônio Macedo**, **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Daniel Aarão Reis Filho**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora presidente, **Marco Antônio Fioravante**, diretor Jurídico, **Nereide Beirão**, diretora de Jornalismo, e **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral. Os ministros de Estado da Educação **Fernando Haddad**, da Ciência e Tecnologia **Sérgio Machado Rezende** e os conselheiros **José Paulo Cavalcanti**, **Cláudio Lembo**, **Takashi Tome** e **Lúcia Willadino Braga** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: 1. Abertura e aprovação da ata da 23ª reunião; 2. Apresentação da Ouvidoria; 3. Programas religiosos TV Brasil e Rádios EBC; 4. RNTPD – Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre; 5. Outros Assuntos. I) A Pauta da 24ª e a Ata da 23ª Reunião foram aprovadas por unanimidade. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** agradeceu a colaboração da conselheira **Heloísa Starling** nos preparativos da reunião e da audiência pública do Conselho Curador, a ser realizada no período da tarde. O conselheiro **Lourival Macedo** pediu a palavra para afirmar que a carta enviada aos colegas trabalhadores da empresa, objeto de debate na reunião anterior, não teve a intenção de agredir a honra dos diretores da EBC, mas alertar para um fato importante que estava ocorrendo. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** reiterou que considerou a manifestação do conselheiro despropositada e fora de lugar, mas que ficou satisfeita com as considerações apresentadas. O conselheiro ministro **Franklin Martins** afirmou que esperava que o conselheiro **Lourival Macedo** admitisse o erro de forma mais contundente. O conselheiro **Lourival Macedo** reiterou que não foi sua intenção afirmar serem os membros da diretoria “incompetentes ou ladrões”, e pediu desculpas aos que se sentiram ofendidos: “Peço, então, desculpas pela ofensa. Realmente a intenção não era ofender, mas fazer um alerta. As palavras realmente deveriam ter sido mais brandas”. A conselheira **Heloísa Starling** apresentou proposta da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente para a criação de um grupo de trabalho externo ao Conselho, nos moldes do que já estão fazendo as câmaras de Jornalismo e Infância-Juvenil, para auxílio na pesquisa e formulação de proposta a respeito dos programas educativos veiculados na TV Brasil. A conselheira **Ana Veloso** apoiou a iniciativa e se colocou à disposição para contribuir. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** fez longa exposição sobre o tema (íntegra às fls. 6/8 n.t.), afirmando que acredita ter chegado a hora de substituir os telecursos por algo mais atual. O conselheiro ministro **Juca Ferreira** afirmou que no caso da TV aberta o caráter supletivo em relação à educação formal deve ser abandonado, e quando a TV aberta digital possibilitar multiprogramação, poderá se pensar em um canal permanente de apoio à escola. Já o representante do MEC **Érico da Silveira** lembrou a contribuição do Ministério com a TV Escola e se comprometeu a trazer contribuições para o grupo. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** concordou com a proposta da Câmara de Cultura, Educação e Meio Ambiente, saudou as palavras da presidente **Tereza** e acrescentou que esse ensino tradicional, escolar, via televisão, está superado e devemos buscar novas fórmulas. O conselheiro ministro **Franklin Martins** acrescentou que deveriam se feitas mais parcerias entre o MEC e a Ciência e Tecnologia, e a TV Brasil. Ao fim dos debates, tendo sido a proposta de criação do grupo aprovada por unanimidade, o conselheiro **Daniel Aarão Reis** solicitou à secretaria executiva do Conselho que envie a transcrição do debate ao grupo de trabalho a ser constituído

ainda no primeiro trimestre de 2011, como subsídio inicial. II) O Ouvidor Geral **Laurindo Leal Filho** fez a apresentação da Ouvidoria (fls. 15/18 n.t.) e distribuiu cópia escrita aos conselheiros. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** prestou os esclarecimentos a respeito dos tópicos apresentados pelo ouvidor (fls. 18/24 n.t.). A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** perguntou a respeito do programa do ouvidor, que ainda não foi ao ar. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** afirmou que o mandato do atual ouvidor já se encerrou, e que planeja indicar um substituto assim que encontrar o nome ideal. Sobre o programa, afirmou que houveram contratemplos que impediram a realização do mesmo, além do entendimento que haveria ambiguidade no fato do atual ouvidor apresentar um programa na TV Brasil (Ver TV) e ter um programa a respeito da programação da emissora. Chegou-se a contratar um profissional para dirigir o programa, mas o profissional não se manteve na empresa, então a intenção é que o programa fique para o mandato do novo ouvidor Geral. III) A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** introduziu o tema, afirmando que a questão dos programas religiosos já percorreu longo caminho, e que era chegada a hora de caminhar para uma decisão. O conselheiro **Daniel Aarão Reis**, em nome da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, apresentou a proposta de resolução elaborada pela Câmara (fls. 24/26 n.t.). O conselheiro ministro **Juca Ferreira** afirmou acreditar que o custo de se levar a resolução adiante é imensamente maior que o benefício. “Estamos deliberando sobre algo que envolve dimensões não racionais. Acho que o custo é excessivo, é chamar atenção para algo secundário e permitir que isso fragilize todo trabalho de construção da TV pública”. O conselheiro **Paulo Sérgio Pinheiro** afirmou concordar que haverá um custo político, mas que isso se dará a qualquer momento que se decida. “No que diz respeito à resolução, acho intocável, está muito bem formulada, é muito equilibrada, muito amena. E a decisão é irrecusável. Não sei qual vai ser o momento a tomar isso, mas esse romanocentrismo, esse privilégio que se dá à Igreja Católica Romana, é inaceitável. Mas estarei aberto a uma discussão sobre a oportunidade de se tomar essa posição agora no mês de dezembro”. O conselheiro **Paulo Ramos Derengoski** manifestou que crê ser o momento inoportuno para a aprovação da resolução, pois se trata de um momento de transição de governo. A conselheira **Maria da Penha Maia Fernandes** afirmou acreditar que se o programa não está fazendo mal a ninguém, não há porque tirar o programa do ar. “Eu mesma, em momentos de dificuldades, já assisti a programas religiosos”. O conselheiro **Manoel Roberto Seabra** manifestou que achou pertinente a proposta apresentada no âmbito da consulta pública que propõe a criação de um conselho inter-religioso, que apresentaria uma proposta de ocupação desse espaço de forma plural. O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** manifestou que a proposta do conselho inter-religioso é positiva, mas que teme que o debate se prolongue em demasia. O conselheiro **Lourival Macedo** afirmou que a proposta da Câmara é razoável, mas que também acha o momento inoportuno, pois poderia se caracterizar como uma ação do governo contra as igrejas. O conselheiro **José Antônio Martins** afirmou que, pela experiência que tem em conselhos de administração, quando não há um consenso maior sobre determinado assunto, é porque o tema ainda não está maduro. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** afirmou ser importante refletir sobre a natureza pública da EBC. “Essa televisão não é estatal. Isso está em todos os estatutos legais de sua criação. A Empresa EBC é uma empresa do Estado brasileiro, por ter o Estado brasileiro como acionista. Os canais são públicos, e devem ser geridos como tal. Para isso foram criadas instituições como o Conselho, que substitui o Estado. Quem nos fiscaliza não é o Estado, no caso da televisão pública, é o Conselho, a Ouvidoria, a sociedade, através de formas diretas e indiretas. E sendo a televisão pública e não estatal, acho que essa discussão deve evitar a relação com a natureza laica do Estado. O Estado é laico, mas a televisão não é estatal, é pública. E sendo pública, no meu entender, deve expressar a diversidade. (...) O que temos, aqui na TV Brasil, é uma falta de expressão da pluralidade. O que falta é os espíritas terem quinze minutos, as religiões afrodescendentes terem espaço. Eu acho que isso é uma falha”. A conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** manifestou ter lido com cuidado todas as contribuições recebidas na Consulta Pública e que tem pleno acordo com a minuta de resolução apresentada pela Câmara. “Não podemos nos pautar por essa intromissão autoritária de algumas correntes religiosas no processo político brasileiro”. O conselheiro **Murilo César Ramos** manifestou ser simpático à minuta, mas acredita que não foi dada a transparência necessária aos resultados da consulta pública. “Para nós tomarmos essa decisão será necessária uma exposição de motivos, enfim, um esclarecimento aos consultados para que eles tenham a clareza de que o Conselho tomou a decisão considerando a consulta. (...) Então, penso que se há algo faltando é justamente dar consistência ao parágrafo 3º, trabalhando mais o conteúdo da consulta e justificando porque que o Conselho, a partir da consulta, tomou a decisão que poderá tomar”. O conselheiro **Daniel Aarão Reis** manifestou saber que há um custo na decisão: “Penso que o Conselho sempre deve considerar o custo de suas decisões, mas não pode renunciar a decisões sob o argumento de que o custo é alto. (...) Entendi como pertinente não tomarmos

decisões na época eleitoral porque isso poderia ser motivo de aproveitamento eleitoral, levando a distorções na percepção do eleitorado, mas superado o momento eleitoral parece-me muito perigoso pautarmos decisões do Conselho em função dos interesses do governo. (...) O que a resolução quer garantir é exatamente a diversidade, que não está garantida atualmente. Preservar as regalias e os privilégios que duas religiões possuem é violentar os princípios desse Conselho, com o receio de enfrentar um custo alto. (...) O que se quer é manter a dimensão religiosa na grade da programação, mas excluídas as regalias abusivas que se constituíram. (...) Tive a preocupação de ler atentamente as opiniões da consulta, nós não somos aqui um *big brother*, que vai computando os votos e ganha quem tiver mais votos. A maioria das pessoas que se pronuncia nos debates estão informadas distorcidamente, porque o que eles temem é a eliminação da religião da grade, e não é isso que se deseja, o que se quer é garantir a pluralidade. Se o Conselho aprova a manutenção dos atuais programas, está consagrando privilégios, regalias abusivas. (...) Quero dizer que concordo inteiramente com a sugestão do conselheiro Murilo, que nós explicitemos na Resolução ou em um anexo de que modo a consulta foi considerada. Também achei muito simpática a sugestão do conselheiro Manoel Seabra a respeito de um conselho ecumênico, isso é algo perfeitamente assimilável pela resolução". O conselheiro ministro **Franklin Martins** afirmou acreditar haver uma insegurança muito grande sobre como lidar com uma série de questões colocadas. "É evidente que o debate não está maduro. Se for a voto, vou abster-me pelo seguinte, não quero que se pense que aqui está prevalecendo a opção do governo. Para mim é absolutamente irrelevante se isso atinge o governo ou não. Mas acredito que só deveríamos tirar os programas quando nós estivéssemos oferecendo um novo programa. Porque, senão, por mais que eu explique, o fato concreto é que eu tirei programas e não coloquei nada no ar, mas vou colocar daqui a seis meses. Assim você perdeu a batalha da comunicação. Mas acredito que o problema não é dessa natureza, a questão básica aqui é como oferecer a garantia da diversidade, da pluralidade. Temos que pesquisar como isso é possível". O conselheiro **João Jorge Rodrigues** sugeriu três alterações na minuta de resolução: "Primeiro, adiar a suspensão para 2011 e suspender o artigo 1º, que é o artigo que determina que em março já seriam feitas essas alterações. Segundo, preparar e realizar o *pitching* para soluções alternativas, no caminho do que o ministro Franklin está colocando aqui. Terceiro, como já defenderam Murilo e o próprio Daniel, devemos explicitar os motivos porque queremos fazer isso. Eu estou propondo aqui que essa decisão seja adiada para o início de 2011. Vai contra uma série de princípios que tenho defendido, mas entendo o momento. Recuo estrategicamente para que nós, com outro programa, possamos dar um passo mais adiante". O conselheiro **Juca Ferreira** afirmou que em nenhum momento argumentou que haveria prejuízo ao governo se a resolução fosse aprovada da forma que está, e sim que seria negativo para a construção do sistema público. A conselheira **Heloisa Starling** manifestou acordo com a minuta e afirmou que a abordagem proposta vai certamente enfrentar um movimento conservador. "Penso que as soluções propostas aqui são muito boas. A solução de nós tirarmos os programas no momento em que tivermos o que colocar no lugar é fundamental em termos de estratégia. Outra coisa que também me parece muito importante é a questão da batalha do convencimento. Penso que se nós tivermos uma escuta na comissão que o conselheiro Seabra propôs, então podemos apresentar uma conclusão plural, que nos permita intervir de uma vez só na programação". A conselheira **Ana Luiza Fleck Saibro** afirmou que tende a votar com o relator, mas que considera muito importante apresentar uma resposta satisfatória em relação à Consulta Pública. O conselheiro ministro **Juca Ferreira** teceu as seguintes considerações: "Existe profundidade nessa discussão quando entramos no campo da religião e tem que haver respeito, porque a maioria do povo brasileiro é religioso. Divide-se em várias religiões, mas a maioria do povo é religioso, e a estrutura racional não dá conta. Tanto é que há um ato falho, aqui, e eu argumentei na primeira reunião de que não bastavam programas sobre a questão religiosa, mas também tinha que ser o exercício da religião, a prática religiosa como é uma missa, que não é o momento de proselitismo, e aqui só se abriu espaço para programa sobre o fenômeno da religião. Nesse caso, olhar de fora, é a visão do agnóstico, do materialista, do sociólogo, do antropólogo, do pensamento científico, da razão, do Iluminismo, mas, na verdade para se falar de religião, se você quiser de fato trabalhar uma TV pública, você tem que abrir a possibilidade do discurso religioso, do discurso mágico, da visão mística de o mundo se expressar. Senão você está cerceando uma dimensão cultural do povo brasileiro, que é essencial. Então, não basta isso que está na Resolução. A missa não é o momento de proselitismo, eles não estão convencendo ninguém. Às oito horas da manhã, ali, estão os velhinhos, as velhinhas, e um ou outro jovem que professa a religião católica e que quer ter o contato com o andar de cima, parece-me que não é uma coisa agressiva, nem faz parte dessa estrutura complexa que foi descrita aqui de discriminação do outro. Nesse momento não se está discriminando ninguém, vai quem quer. Igual a trio elétrico. Você entra em

uma missa, ajoelha, reza e tenta entrar em contato com Deus e pronto. Se não entrou, paciência. Não há uma restrição, já houve, na época da escravidão, negro não podia entrar na Igreja, mas hoje não há nenhuma. Nós estamos afirmando o território público da área das televisões, não é TV estatal, é TV pública. Na TV pública o Estado tem a responsabilidade de garantir a natureza pública, e se ela é pública ela não reflete o Estado e as posições do Estado, mas, sim, reflete a posição da sociedade. Ela tem que buscar interação com a sociedade e de, alguma maneira, ser aberta para a complexidade da sociedade, não só no sentido linear e horizontal de ter todo mundo todas as religiões, mas também no sentido profundo de admitir que, nesse campo místico, religioso, mágico, essa visão de mundo, que não é racional, tem lugar na televisão. E o que me diferencia da Resolução? Eu penso que acabar a missa agora vai ser um desastre político para a TV Brasil e vai facilitar o contrário do que queremos, consolidar uma hegemonia absolutamente tradicionalista em relação a essas hierarquias. (...) Em primeiro lugar, em vez de acabar, por que não se cria um território de trazer, nesse caso, isola-se o hegemônista e já começa a exercer uma complexidade, porque não criar formas de trazer as outras significativas que congregam milhões de pessoas para se expressarem também dentro do campo da TV pública. (...) Acho que deveríamos buscar um caminho que em vez de eliminar, acrescente. Que começássemos a exercer a diversidade a partir do ponto que está colocado. Se tentarmos eliminar, creio que se caracterizará um erro político. Peço que registrem a minha intervenção em ata". A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira**, após ouvir as propostas de encaminhamento, sugeriu que a Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente reformule a minuta de resolução sobre o tema, para que a mesma volte a ser discutida na primeira reunião de 2011, sugestão que foi acatada por unanimidade pelos conselheiros. **IV)** Não havendo tempo para a discussão do tema, o ponto foi adiado para a primeira reunião de 2011. **V)** A primeira reunião do ano foi marcada para o dia 15 de fevereiro de 2011, em dois períodos, em Brasília, data a ser confirmada pela sra. presidente do Conselho Curador, ficando a diretoria executiva da EBC incumbida de enviar o Plano de Trabalho 2011 para a secretaria executiva do Conselho Curador até o dia 15 de janeiro de 2011, para que o mesmo seja distribuído aos conselheiros. Esgotada a pauta, a presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** encerrou a reunião. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Vice-presidente

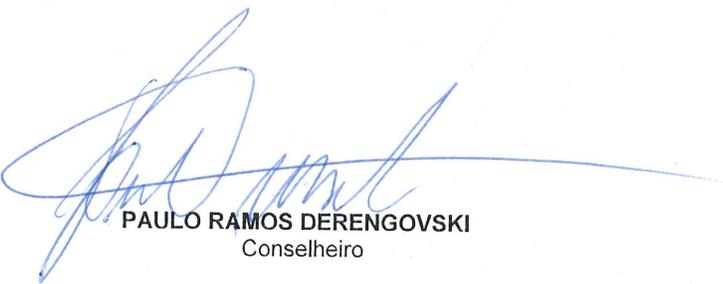
JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura

FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

ERICO GONÇALVES DA SILVEIRA
Representante do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad



MANOEL ROBERTO SEABRA
Conselheiro



PAULO RAMOS DERENGOVSKI
Conselheiro



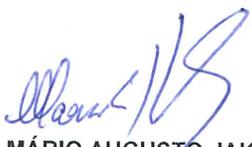
HELOISA MURGEL STARLING
Conselheira



MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro



LOURIVAL ANTONIO MACEDO
Conselheiro



MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND
Conselheiro

PAULO SÉRGIO PINHEIRO
Conselheiro



JOÃO JORGE RODRIGUES
Conselheiro



ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira



DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro



MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES
Conselheira



JOSÉ ANTÔNIO MARTINS
Conselheiro



LAURINDO LEAL FILHO
Ouvidor-Geral da EBC



TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC



DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário